



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
PROCURADORIA GERAL MUNICIPAL

PARECER: 347/2026

PROCESSO: 2818/2026

ASSUNTO: SITUAÇÃO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO – CHAMAMENTO PÚBLICO

DATA: 11/09/2026

Em análise do presente processo de despesa, cujo objeto versa sobre inexigibilidade de licitação, chamamento público da ASSOCIAÇÃO PESTALOZZI DE OURO PRETO DO OESTE RO, inscrita no CNPJ nº 05.882.048/0001-94. Referente ao REPASSE DE RECURSOS / PARCERIA COM ENTIDADE FILANTRÓPICA DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO À PESSOAS PORTADORAS DE NECESSIDADES ESPECIAIS - PNES (DM SÍNDROME DE DOWN) ENTRE OUTROS, ATENDENDO AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL.

Processo instruído com os seguintes documentos:

- ✓ DFD [\(ID 1691363\)](#)
- ✓ Termo referência [\(ID 1705829\)](#)
- ✓ Plano de trabalho [\(ID 1690903\)](#)
- ✓ Estatuto da Associação PESTALOZZI [ID 1613418](#)
- ✓ Certidões negativas [\(ID 1705932\)](#)
- ✓ NAD [ID1706165](#)
- ✓ Nota de reserva orçamentaria [\(ID 1706166\)](#)
- ✓ Parecer da Controladoria Geral [\(ID 1713169\)](#)
- ✓ Termo de Ratificação e Homologação inexigibilidade de chamada pública, [\(ID 1705914\)](#)

Entre outros documentos juntados nos autos.

Constata-se que no plano de trabalho apresentado pela Associação Pestalozzi e no Projeto Básico consta o cronograma de desembolso.

Desta forma, constata-se que houve a caracterização de Inexigibilidade de Licitação, em razão da inviabilidade de competição, hipótese se enquadrar no **art. 74**





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
PROCURADORIA GERAL MUNICIPAL

inciso VI da Lei 14.133/2021, artigo 31, da Lei nº 13.019/2014 e artigo 17, do Decreto Municipal 11.874/2018.

O artigo 31 da Lei 13.019/2014, estabelece que a inviabilidade de competição entre as organizações da sociedade civil, em razão da natureza singular do objeto da parceria ou se as metas somente puderem ser atingidas por uma entidade específica, configura hipótese de inexigibilidade do chamamento público.

Além disso, o Decreto Municipal 11.874, de 20 de setembro de 2018, em seu artigo 17, preceitua que poderá ser dispensado ou inexigível o chamamento público, nas hipóteses do artigo 31 da Lei citada a cima, desde que esteja fundamenta a decisão pelo titular da secretaria, assim, o Assessor da SEMED através da justificativa, fundamentou a decisão de declarar inexigibilidade.

Portanto, pelas informações acostadas no processo, **juridicamente o caso se enquadra na hipótese em que é inexigível a licitação**, conforme embasamento acima.

É o parecer, S.M.J.

Juliana Vieira Kogiso Masioli
ASSESSORA JURÍDICA





Município de Ouro Preto do Oeste

04.380.507/0001-79

Praça da Liberdade

www.ouropretodooeste.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
Parecer	347	11/09/2026

ID: 1715402	Processo	Documento
CRC: E8A1961A		
Processo: 1-2818/2026		
Usuário: Juliana Vieira Kogiso Masioli		
Criação: 11/09/2026 08:51:20	Finalização: 11/09/2026 08:52:47	

MD5: **FBE9EF770CBC4FCF0DEA93B2428762B2**

SHA256: **A6D852771FBCAA03690D2CD64C4710F92FED913E1CC0264F8B3D78626CD55253**

Súmula/Objeto:

PARECER: 347/2026

PROCESSO: 2818/2026

ASSUNTO: SITUAÇÃO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO – CHAMAMENTO PUBLICO

DATA: 11/09/2026

INTERESSADOS

SEMÁS	OURO PRETO DO OESTE	RO	11/09/2026 08:51:20
-------	---------------------	----	---------------------

ASSUNTOS

REPASSE DE RECURSOS FIN. (PARCERIA) - ASSOCIAÇÃO PESTALOZZI	11/09/2026 08:51:20
---	---------------------

ASSINATURAS ELETRÔNICAS

	Juliana Vieira Kogiso Masioli	Asses. Jurídico do Setor Adm. da P.J.	11/09/2026 08:52:55
--	-------------------------------	---------------------------------------	---------------------

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 13.714/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site transparencia.ouropretodooeste.ro.gov.br informando o ID 1715402 e o CRC E8A1961A.